

Extensão Rural: aproximações entre Agroecologia e Ecologia Política.

Rural Extension: approaches to Agroecology and Political Ecology

COSTA, K. V. da. CPDA/UFRRJ, kvcosta@gmail.com . AQUINO, S. L. de. CPDA/UFRRJ, silvia.aquino@gmail.com

Resumo: Atualmente os programas de extensão rural no Brasil vivenciam uma crise. Isto porque o paradigma que fundamentou as ações extensionistas até o presente momento já não se mantém, seja pela insustentabilidade do conceito de meio rural formulado ao longo dos anos 1960, seja pelo esgotamento do modelo tradicional de modernização do campo bem como pela presença marcante de ONG's que defendem uma revisão da extensão rural pública brasileira. Tal situação demonstra que o paradigma conhecido como difusionista, que dominou os preceitos da agricultura brasileira até os dias de hoje não é capaz de oferecer soluções para resolver os problemas apresentados no campo. O visível sinal de fracasso pode ser tomado como prelúdio para a busca de novas alternativas. Desta forma, no campo dos novos rumos a serem tomados, duas importantes perspectivas teórico-metodológicas de intervenção se estabelecem como alternativas ao paradigma extensionista hegemônico: a corrente ecotecnocrática e a corrente ecossocial. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é o de levantar uma breve reflexão acerca dos paradigmas acima descritos, contrastando as interpretações de três autores principais, que são Sánchez de Puerta, Caporal e Costabeber. E, posteriormente, abordar a partir das reflexões de Alimonda, Alier e Escobar, o papel da Agroecologia como ação contestadora da dominação, exprimida pelas práticas inseridas na agricultura e a importância da ecologia política neste processo.

Palavras-chave: Extensão Rural; Agroecologia; Ecologia Política.

Abstract: Currently the programs of agricultural extension in Brazil live deeply a crisis. This because the paradigm that based the extensionistas actions until the present moment already not keeps, either for the insustentabilidade of the concept of formulated agricultural way throughout years 1960, either for the exhaustion it traditional model of modernization it field as well as for the marcante presence of ONGs that defend a revision of the agricultural extension public Brazilian. Such situation demonstrates that the known paradigm as difusionista, that it dominated the rules of Brazilian agriculture until the present is not capable to offer solutions to decide the problems presented in the field. The visible signal of failure can be taken as prelude for the search of new alternatives. In such a way, in the field of the new routes to be taken, two important perspectives intervention theoretician-metodológicas if establish as alternative to the hegemonic extensionista paradigm: the ecotecnocrática chain and the ecossocial chain. In this direction, the objective of this work is of raising one brief reflection concerning the above described paradigms, contrasting the interpretations of three main authors, who are Sanchez de Puerta, Caporal and Costabeber. E, later, to approach from the reflections of Alimonda, Alier and Escobar, the paper of the agroecologia as contestadora action of the domination, stated for practical inserted in the agriculture and the importance of the ecology politics in this process.

Key words: Agricultural Extension; Agroecology, Ecology Politics.

Introdução

Atualmente os programas de extensão rural no Brasil vivenciam uma crise. Isto porque o paradigma que fundamentou as ações extensionistas até o presente momento já não se mantém, seja pela insustentabilidade do conceito de meio rural formulado ao

longo dos anos 1960, seja pelo esgotamento do modelo tradicional de modernização do campo bem como pela presença marcante de ONG's que defendem uma revisão da extensão rural pública brasileira. Tal situação demonstra que o paradigma conhecido como difusionista, que dominou os preceitos da agricultura brasileira até os dias de hoje não é capaz de oferecer soluções para resolver os problemas apresentados no campo. O visível sinal de fracasso pode ser tomado como prelúdio para a busca de novas alternativas.

No debate científico acerca do futuro extensão rural, emergem diversas correntes de pensamento que se materializam nas ações extensionistas. Desta forma, no campo dos novos rumos a serem tomados, duas importantes perspectivas teórico-metodológicas de intervenção se estabelecem como alternativas ao paradigma extensionista hegemônico: a corrente ecotecnocrática e a corrente ecossocial. A primeira promove uma releitura dos princípios da Revolução Verde e, por isto, defende a idéia de um continuado processo de crescimento e desenvolvimento econômico, ainda que de certa forma aceitando os limites impostos pela natureza.

A segunda corrente propõe a idéia da instituição de um novo critério de racionalidade para a agricultura, então demanda uma extensão rural voltada para o reconhecimento da figura do agricultor no processo, bem como de estratégias alternativas a produção e comercialização dos bens gerados pela agricultura. Deste modo, prioriza um desenvolvimento que leve em conta e respeite a biodiversidade, os aspectos sociais e culturais. Nesta perspectiva, coloca-se então o papel fundamental da agroecologia como opção de ruptura com o paradigma dominante, que apesar da crise, tenta impor-se a partir de releituras.

Neste sentido, o objetivo deste trabalho é o de levantar uma breve reflexão acerca dos paradigmas acima descritos, contrastando as interpretações de três autores principais, que são Sánchez de Puerta, Caporal e Costabeber. E, posteriormente, abordar a partir das reflexões de Alimonda, Alier e Escobar, o papel da agroecologia como ação contestadora da dominação, exprimida pelas práticas inseridas na agricultura e a importância da ecologia política neste processo.

Desenvolvimento

O paradigma que governou as ações da extensão rural brasileira nas últimas décadas precisa ser revisto. Suas normas já não dão conta de explicar e resolver os problemas apresentados por todos os segmentos do campo. O ideal de difusão de

inovações não consegue abranger todos os agricultores. Assim, uma grande parcela dos agricultores, sem condições financeiras para adotar o modelo tecnológico imposto por este paradigma, devido a sua posição nas relações de produção – ora, sabe-se que a maioria dos agricultores do país não possui capital para aderir às inovações – é excluída do processo. Desta forma percebe-se que já não é mais possível estabelecer uma visão homogeneizada do meio rural, se é que um dia foi. Ademais, a questão ambiental também não pode continuar a ser desconsiderada. Em virtude da avidez por levar o “progresso” ao campo, solos foram erodidos, espécies foram dizimadas, águas poluídas. Com isso a produção agrícola não alcança bons resultados frente aos gastos empreendidos com inputs modernos.

Deste modo, novos paradigmas surgem para pautar as modalidades de extensão rural e tentar sanar o problema. Todavia as variáveis sociais e ambientais são tratadas de modo diverso em cada enfoque como demonstram as vertentes apresentadas. Analisamos a vertente ecotecnocrática, que por sua vez, defende um continuado processo de crescimento e desenvolvimento econômico, fazendo apenas pequenas concessões ambientais como forma de se distinguirem do paradigma tradicional. E ao mesmo tempo, transforma a emergência de uma preocupação ambiental em mais forma de gerar lucros, vide o caso da incorporação de alguns preceitos da Agroecologia como forma propaganda para as grandes corporações e cadeias do agronegócio, divulgadas através das certificações, selos verdes.

Por outro lado, existe outra corrente, a ecossocial, que se contrapondo a corrente ecotecnocrática, defende uma alteração radical nos pressupostos da extensão rural brasileira, cujos princípios são o reconhecimento da incapacidade do mercado em resolver os problemas sociais, ambientais e econômicos atravessados pela sociedade, e o estabelecimento de uma nova forma de gerir as atividades de produção no campo, onde o saber do agricultor deve ser levado em conta.

Conclusão

Assim, constata-se a importância da agroecologia, que se aliando aos pressupostos da ecologia política, coloca-se não apenas como mais uma forma de gerir o trabalho na agricultura, mas denota uma forma de subverter as leis impostas pelo modelo calcado na Revolução Verde e na, agora Revolução Duplamente Verde, difundidos pelos países desenvolvidos. Cabe ressaltar, no entanto, que não podemos tomar a agroecologia como um pressuposto fechado, de caráter meramente técnico, a

exemplo dos paradigmas que até hoje guiaram a extensão rural brasileira. É preciso mais, o que significa tomá-la como: *un camino de reconciliación no solamente político, social y ambiental, sino también epistemológico entre sociedad y naturaleza, entre el conocimiento y el respeto por una "economía de la naturaleza" y los imperativos éticos de la organización social, en la forma de una "economía moral" (para decirlo en términos del siglo XVIII) (ALIMODA, 2006:252/3).*

Percebe-se então que a transição de um a paradigma para outro não é um processo unilinear. Duas vias estão sendo desenhadas e em algum momento a extensão rural pública brasileira terá que assumir sua posição frente a este debate. Cabe a comunidade científica, juntamente com os agentes extensionistas, agricultores e sociedade civil organizada a responsabilidade e o comprometimento na construção da melhor escolha a ser seguida.

Referências bibliográficas

ALIMONDA, H. Una herencia en Manaos (anotaciones sobre historia ambiental, ecología política y agroecología en una perspectiva latinoamericana). Horiz. antropol. [online]. v.12, n.25, p.237-255. 2006,